

Clube de Paris rejeita plano do País para dívida

REALI JUNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O Clube de Paris considerou insatisfatórias as alternativas apresentadas recentemente na capital francesa pelos representantes do governo brasileiro, o embaixador Rubem Barbosa, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, e Antonio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central, para o reescalonamento de parte da dívida pública com vencimentos a partir de hoje. A resposta da instituição foi enviada por escrito, por sua secretaria — o Tesouro francês — após consulta aos diversos credores brasileiros.

Segundo informou-se ontem em Paris, o Brasil solicitou, entre outras coisas, um reescalonamento com prazo de 20 anos e sete de carência. Esse foi o prazo concedido a dois países africanos do chamado Quarto Mundo, Moçambique e Mauritânia. A posição do Brasil, segundo a mesma fonte, não deve ser confundida com a desses países, os quais se encontram sem quaisquer recursos no momento. Mesmo o reescalonamento obtido pelo Zaire foi de 15 anos.

Assim, não é intenção do Clube de Paris aprovar tais prazos quando se trata do reescalonamento de parte da dívida brasileira, mesmo admitindo-se uma negociação mais flexível em termos de prazo, carência e juros.

Ainda recentemente, um dos dirigentes franceses do organismo, Samuel de Lajeunesse, revelou que o Clube havia tomado conhecimento das propostas brasileiras e que já as tinha respondido. Agora, confirma-se que a resposta não foi satisfatória, razão pela qual, a partir de hoje, o Brasil se encontra em posição de moratória também junto ao Clube de Paris, que reúne os credores oficiais, ou seja, os titulares de certos créditos garantidos pelos governos. Isso, entretanto, não deve ser dramatizado, pois os contatos não foram interrompidos.

Até agora não houve nenhuma nova negociação direta, como em janeiro, quando os integrantes da instituição se reuniram no Hotel Majestic e aprovaram um reescalonamento de parte da dívida brasileira relativa a dois anos anteriores e seis meses de 1987. Agora volta-se à situação anterior à negociação de janeiro, quando o País não estava pagando aos credores do Clube os juros relativos aos últimos dois anos.

O organismo está na expectativa de um novo relatório do FMI (que recentemente enviou uma missão ao Brasil), acreditando que ele possa ser favorável, principalmente após o anúncio do Novo Cruzado. Até então, vinha prevalecendo um memorando recebido do FMI, anterior ao plano, muito crítico em relação à economia brasileira.